

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A SUPERVISÃO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Deise Costa Martins

Sapucaia do Sul

2012

A SUPERVISÃO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

por

Deise Costa Martins

**Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação à
distância, Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional,
da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Prof^a Crystina Di Santo D'Andrea

Sapucaia do Sul, RS, Brasil

2012

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A SUPERVISÃO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

elaborada por
Deise Costa Martins

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Crystina Di Santo D'Andrea, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Oséias Santos de Oliveira, Dr. (UFSM)

Josiane Pozzatti Dal Forno, Dr. (UFSM)

Sapucaia do Sul, 30 de novembro de 2012.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, aos meus familiares e em especial ao meu marido Almedi e aos meus filhos Matheus e Gabriela, por me aguentarem e me apoiarem nestas últimas semanas.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por sempre prover-me o necessário;

À Universidade Federal de Santa Maria, por oferecer ensino gratuito e de qualidade;

À professora Crystina Di Santo D'Andrea, que prontamente entrava em contato diante das minhas dúvidas;

À tutora presencial Talita Teixeira, que esteve muito presente nesta última etapa do curso;

Às colegas da Rede Municipal de Ensino de Esteio, Bianca, Cárin, Carla, Márcia, Sílvia e Tereza, que aceitaram responder ao questionário sobre a temática deste trabalho;

E por último, mas não menos importante, à Carla Mantay, a quem sempre terei como modelo de supervisão dentro de uma perspectiva de gestão democrática.

Muito Obrigada!

*“... a mudança é aquilo que acontece depois que conseguimos olhar
para o mesmo de um jeito diferente.”*

ROSA, 2000

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A SUPERVISÃO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

AUTORA: DEISE COSTA MARTINS
ORIENTADORA: CRYSTINA DI SANTO D'ANDREA
Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 30 de novembro de 2012.

O presente trabalho tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre a atuação do supervisor escolar nas práticas de alfabetização e letramento na escola e a importância da ação deste profissional junto aos professores e a sua formação profissional, propondo alternativas, discussões e argumentos entrelaçados com o fazer pedagógico na busca da efetivação do ler e do escrever nos anos iniciais. Para estabelecer uma aproximação do discurso teórico com a realidade da escola, foi elaborado um questionário; o mesmo foi entregue, a aproximadamente, vinte profissionais que atuam na Rede Municipal de Esteio.

O trabalho da supervisão escolar nas práticas de alfabetização e letramento dentro de uma perspectiva de parceria, como sugere uma gestão democrática, exigirá uma visão mais unificada de gestão escolar.

Palavras-chave: Supervisor escolar; Alfabetização e letramento; Prática pedagógica.

ABSTRACT

This paper aims to bring some reflections on the role of the supervisor in school literacy practices and literacy in school and the importance of this professional action with teachers and their training, proposing alternatives, discussions and arguments entwined with the pedagogical in search the effectiveness of reading and writing in the early years. To establish an approximation of theoretical discourse with the reality of school, a questionnaire was designed, it was delivered, approximately twenty professionals working in the Municipal Esteio.

The work of supervision in school literacy practices and literacy within a partnership approach, as suggested by a democratic management, will require a more unified school management.

Keywords: Supervisor School Literacy and literacy; Pedagogical practice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: Alfabetização e Letramento.....	12
CAPÍTULO 2: O Supervisor Escolar	18
CAPÍTULO 3: A importância da mediação do supervisor escolar nas práticas de alfabetização e letramento.....	22
3.1 A supervisão escolar e as práticas de alfabetização e letramento na visão das educadoras da Rede Municipal de Ensino de Esteio – RS.....	22
3.2 A supervisão escolar, uma mediação possível às práticas de alfabetização e letramento.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30
APÊNDICE.....	32

INTRODUÇÃO

De tempos em tempos, surgem, na área da educação, discussões sobre as deficiências na alfabetização inicial, sobre quais ações, propostas ou metodologias seriam mais eficazes para alfabetizar todos os alunos, dentro das exigências da sociedade atual. Junto a este fato, temos recentemente as novas Diretrizes para o ensino fundamental de nove anos, fixadas a partir da Res. CNE/CEB 07/2010, que orienta os sistemas de ensino a adotarem, nos três anos iniciais do Ensino Fundamental, o Ciclo da alfabetização, não havendo retenção do aluno do primeiro para o segundo ano e deste para o terceiro, propondo uma nova dinâmica curricular que anuncia uma ruptura com o paradigma anterior e estabelece a criação de um período específico para a alfabetização formal.

Nesse sentido, faz-se necessário entender como o papel da gestão escolar, articulada com as propostas do sistema de ensino a que pertence, e de forma mais específica, o papel da supervisão escolar (ou coordenador pedagógico), pode ser fundamental nas práticas escolares de alfabetização e letramento, não só dentro deste ciclo, mas desde a Educação Infantil, antes do ingresso no Ensino Fundamental. Além disso, de que maneiras a equipe gestora da escola pode estar aprimorando essas práticas dentro do espaço escolar, propondo uma análise do processo de alfabetização e letramento, dentro deste ciclo, através da Provinha Brasil e de outros instrumentos, considerando que, de acordo com Nóvoa (1995) “o território da formação é habitado por actores individuais e colectivos, constituindo uma construção humana e social, na qual os diferentes intervenientes possuem margens de autonomia na condução de seus projectos próprios.” (p.30).

A escolha deste tema está diretamente ligada à trajetória profissional da autora enquanto educadora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Esteio – RS. Durante oito anos lecionou para o segundo ano (que até 2007 era a primeira série), e dentro deste período, os dois últimos anos atuou concomitantemente, no turno inverso, em turmas de pré-escola 2 e primeiro ano, respectivamente. Em 2001, quando assumiu pela primeira vez

uma turma de alfabetização, o sentimento foi de desespero. Porém com o apoio da equipe da escola, em especial da supervisão e com muito estudo, tentativas, erros e acertos, trabalhar com alfabetização tornou-se um grande objetivo. Nos anos que se seguiram, continuou estudando muito sobre o assunto, aprofundando nos níveis da psicogênese da língua escrita¹ e participando de diversas formações onde a temática principal era alfabetização. De 2009 a 2011, atuou como assessora pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Secretaria de Educação e Esportes de Esteio, sendo uma das pessoas responsáveis pelo acompanhamento da Provinha Brasil e da organização da formação continuada das professoras que atuavam nos anos iniciais, onde teve a oportunidade de observar, em uma esfera maior, o quanto as professoras que lecionavam nas turmas de alfabetização e especificamente as que estavam com turmas de 1º ano necessitavam de um maior acompanhamento, tanto por parte da Secretaria de Educação, como de suas equipes gestoras.

A atuação da supervisora, por ocasião da primeira turma de alfabetização que a pesquisadora assumiu, foi fundamental na formação dessa profissional, pois ao mesmo tempo em que se mostrava disponível para dialogar e esclarecer as dúvidas da mesma, também insistia no estudo sistemático e na reflexão sobre a prática, o que se tornou hábito uma vez por semana, durante uma hora. Portanto, este estudo, embora de uma forma abrangente, se faz relevante para assinalar a importância da atuação da supervisão escolar nas práticas de alfabetização.

Assim, o primeiro capítulo traz um breve histórico da alfabetização no Brasil e a conceituação deste termo junto ao letramento; o segundo capítulo discorre sobre o conhecimento do supervisor escolar acerca dos processos de aquisição da escrita e da leitura e, no terceiro capítulo, tece considerações sobre a imprescindível mediação do supervisor escolar no processo de alfabetização e letramento junto aos professores.

¹ Os níveis da psicogênese constituem o resultado de uma pesquisa realizada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky e publicadas no livro intitulado “A Psicogênese da Língua Escrita”, publicado no Brasil na década de 80.

1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetização tem o mesmo significado que letramento? O que diferencia um de outro? Para responder a estas questões, é necessário refletir sobre o significado da alfabetização através da história da educação no Brasil.

Por muito tempo, o significado de ser alfabetizado se restringiu à assinatura do nome próprio, ficando a leitura, o domínio das ideias sobre os escritos somente para as classes sociais dominantes.

Apesar do material referente à história da alfabetização no Brasil se referir ao Estado de São Paulo, ao menos no início, convém lembrar que na época do Brasil Império e logo após, no nascimento da República, São Paulo era como um grande centro difusor de cultura e inovação no país. O conhecimento da história desta e a contextualização da mesma servem para dar suporte, tanto para o supervisor, quanto para o professor que está em sala de aula, enquanto visão geral de como se deu este processo para que se produza uma reflexão das metodologias de alfabetização, teorias de aprendizagem e atuação docente.

Conforme Mortatti (1999), Silva Jardim em 1882, ao criticar a metodologia da soletração no processo de alfabetização e defender a metodologia expressa na Cartilha Maternal, do português João de Deus, inicia estudo. Esse primeiro movimento objetivava “modernizar” a educação, tornando-a útil, prática e racional. Antes disso, para a aprendizagem da escrita usava-se as “cartas ABC” e para o ensino da leitura utilizavam-se métodos sintéticos, como a soletração, o fônico e a silabação. (MORTATTI, 2006).

A alfabetização só torna-se obrigatória a partir da proclamação da República, em 1889. A escola se consolida, então, no lugar para preparar as futuras gerações.

Silva, (1998, p.23) diz que

a escrita, assim, passa a ser um critério de seleção e exclusão dos indivíduos de nossa sociedade, adquirindo estatuto jurídico. O analfabeto adquire visibilidade e a escrita traz a possibilidade de uma solução nova para a manutenção de antigas desigualdades, para homogeneizar a heterogeneidade e a diferença em uma ordem

burguesa, urbana e industrial, que se contrapõe/ajusta-se a uma sociedade oligárquica, rural e agrícola.

A partir de então, segundo as pesquisas de Mortatti (2006), houve uma reforma na formação de professores, salientando-se o método analítico como revolucionário para o aprendizado da escrita e da leitura. Esse método consistia em partir do todo para depois analisar as partes; iniciava-se, geralmente, por uma história. Mas devido à insatisfação dos professores pela demora nos resultados, a utilização obrigatória do método no Estado de São Paulo seguiu até 1920, quando outra reforma veio a garantir a “autonomia pedagógica”. Buscando formas mais competentes e rápidas para o ensino da leitura e da escrita, são introduzidos os métodos “mistos”, que mesclam os dois tipos de metodologia: o analítico e o sintético; as cartilhas “ba-be-bi-bo-bu” que persistiram por muito tempo no ensino brasileiro, exemplificam bem os métodos mistos.

No início da década de 1980, os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, publicados no livro “A psicogênese da Língua Escrita”, transferem a preocupação do modo como se ensina para compreender o modo como se aprende a ler e a escrever. Conforme Ferreiro e Teberosky (1991) “que, além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, seguindo a sua própria metodologia.” (Ibid, p.11)

O breve histórico sobre os momentos mais relevantes da alfabetização no Brasil não encerra a discussão dos métodos, pois apesar da pesquisa de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (e depois tantos outros autores que se dedicaram no aprofundamento das teorias de Piaget, Vigotsky e Wallon, relacionando-as à aquisição da leitura e da escrita) deslocarem a atenção para o processo de aprendizagem do aluno e o papel da mediação do professor, ainda persistem as discussões sobre qual o método mais eficiente para garantir uma efetiva alfabetização, o que não pode ser considerado de forma totalmente negativa. São esses contrapontos que movem pesquisadores e professores na busca de novas propostas ou mesmo para olharem de forma mais crítica o que vem sendo produzido na teoria e na prática.

Em 1990, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, a ideia de alfabetização é “entendida como instrumento eficaz para a aprendizagem, para o acesso e para a elaboração da informação, para a criação de novos conhecimentos e para a participação na própria cultura e na cultura mundial nascente.” (apud MACIEL E LÚCIO, 2009, p.14)

Anualmente, o site do instituto Paulo Montenegro divulga o INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional), criado em 2001, que possui uma definição mais abrangente para o termo, classificando os indivíduos adultos dentro de quatro níveis:

- Analfabeto: indivíduo que não lê e não escreve palavras ou frases, ainda que reconheça números do seu cotidiano;
- Rudimentar: localiza informação explícita em textos curtos e familiares, lê e escreve números usuais e realiza operações simples;
- Básico: o indivíduo lê e compreende textos de média extensão, localiza informações fazendo inferências;
- Pleno: lê textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, realizando inferências e sínteses. (INAF, 2001, p. 1)

O letramento, termo ainda recente no Brasil, aparece primeiramente, (SOARES, 2012), nas publicações de Mary Kato (No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística, 1986), Leda Verdiani Tfouni (Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso, 1988) e Ângela Kleiman (Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita, 1995). Mas o que vem a ser letramento? Ou, “que novo fato, ou nova ideia, ou nova maneira de compreender a presença da escrita no mundo social trouxe a necessidade desta nova palavra, **letramento?**” (SOARES, 2012).

Conforme as professoras que responderam à pesquisa (desenvolvida a partir de um questionário, já citado neste trabalho), alfabetização e letramento são processos distintos, no entanto, o letramento complementa o processo de alfabetização, dando sentido ao processo por se tratar das práticas sociais que vivenciamos a partir da convivência com a leitura e a escrita de uma sociedade letrada.

A alfabetização em si, é a apropriação do sistema alfabético, constituindo-se na decodificação, enquanto que o letramento é a forma como a escrita e a leitura são utilizadas no contexto social, concepção que vem de

encontro com a afirmação de Carvalho (2011), “alfabetizar é ensinar o código alfabético, letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e escrita.” (Ibid, p.65)

Convém citar, que a palavra letramento, como é entendida no contexto atual, vem da versão para o português da palavra inglesa *literacy*, “que denota qualidade, sendo que a tradução do termo é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever.” (SOARES, 2012, p.17)

Para Maciel e Lúcio, (2009,p.31),

Conduzir o trabalho de alfabetização na perspectiva do letramento, mais do que uma decisão individual, é uma opção política, uma vez que estamos inseridos num contexto social e cultural em que aprender a ler e escrever é mais do que o simples domínio de uma tecnologia.

Nesse mesmo sentido, Ferreira, (2011, p.17) nos coloca que “o sucesso dos objetivos da alfabetização das crianças, (...), requer superar a visão da introdução à leitura e à escrita como a aprendizagem de uma técnica, e essa medida está indissoluvelmente ligada ao problema da “qualidade de ensino”.

É difícil chegar a uma conceituação definitiva sobre o termo letramento, já que seu uso ainda é muito recente e o próprio termo alfabetização sofreu modificações ao longo da história da educação no Brasil. Porém, uma definição mais objetiva, talvez seja a trazida por Carvalho (2011, p.66): “letrado (...) é alguém que se apropriou suficientemente da escrita e da leitura a ponto de usá-las com desenvoltura, com propriedade, para dar conta de suas atribuições sociais e profissionais.”.

Para que seja possível pensar uma proposta em que as práticas de alfabetização venham a ser idealizadas a partir da perspectiva do letramento, é extremamente necessário o conhecimento dos pressupostos teóricos sobre esses dois termos pela supervisão pedagógica, pois é ela que vai gerir as formas de trabalho com as professoras que atuam com as turmas de pré-escola e anos iniciais dentro da escola.

Então, mais uma vez a figura do supervisor escolar ganha destaque, não para ser o salvador do fracasso escolar advindo do analfabetismo, mas para que, junto com os professores que atuam nas turmas de pré-escola e nos anos iniciais, se produzam discussões e reflexões sobre a prática pedagógica e os

modos como as crianças se apropriam do sistema de leitura e escrita e interagem com ele.

Para tanto, o conhecimento de como o indivíduo constrói as hipóteses de escrita e leitura, relatadas nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1985), até chegar à forma convencional, são conhecimentos básicos para quem tem como uma das atribuições orientar a prática de professores que atuam com turmas de pré-escola e anos iniciais do ensino básico.

De uma maneira geral, os níveis da evolução da escrita descritos no livro “*A psicogênese da língua escrita*” (1985), são os seguintes:

- Nível 1: Escrever é reproduzir os traços da escrita que a criança identifica como a forma básica de escrita. (...) A criança espera que a escrita dos nomes das pessoas seja proporcional ao tamanho (ou idade) dessa pessoa, e não ao comprimento do nome correspondente. (p.183-184)
- Nível 2: A hipótese central deste é a seguinte: Para poder ler coisas diferentes (isto é, atribuir significados diferentes) deve haver uma diferença objetiva nas escritas. (p.189)
- Nível 3: Este nível está caracterizado pela tentativa de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem uma escrita. É o surgimento do que chamaremos a hipótese silábica. (p. 193)
- Nível 4: Passagem da hipótese silábica para a alfabética. (...) A criança abandona a hipótese silábica e descobre a necessidade de fazer uma análise que vá “mais além” da sílaba pelo conflito entre a hipótese silábica e a exigência de quantidade mínima de grafias. (p. 196)
- Nível 5: A escrita alfabética constitui o final desta evolução. Ao chegar a este nível, a criança já (...) compreendeu que cada um dos caracteres da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza sistematicamente uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever. (p. 213)

Ao nos debruçarmos sobre a pesquisa realizada a partir dos pressupostos da teoria piagetiana pelas autoras supracitadas, é importante chamar a atenção para o fato que “a teoria de Piaget não é uma teoria particular sobre um domínio particular, mas sim um marco de referência teórico, muito mais vasto, que nos permite compreender de uma maneira nova qualquer processo de aquisição de conhecimento.” (FERREIRO & TEBEROSKY, 1991, p. 28)

Junto a este conhecimento, é imprescindível trabalhar com o grupo de professores a concepção de avaliação diagnóstica, pois não há coerência numa perspectiva de ensino a partir da construção do conhecimento, supor que

a criança chega à escola sem nenhum conhecimento ou ideia sobre a escrita e a leitura. Assim,

...na perspectiva de construção do conhecimento, parte de suas premissas básicas: confiança na possibilidade de os educandos construir suas próprias verdades e valorização de suas manifestações e interesses. (HOFFMANN, 2003, p.18)

Portanto,

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento de todos os passos do educando na sua trajetória de construção do conhecimento. (HOFFMANN, 2003, p.17)

Pensando nesta direção, quem é o profissional, dentro da escola, que faz a mediação entre a ação do professor e os referenciais teóricos que possibilite a reflexão sobre a prática diária, auxiliando o professor a redimensionar a sua ação? Mais uma vez, a figura do supervisor escolar surge para contribuir com esse espaço de construção dentro da proposta de gestão democrática incentivando as práticas de alfabetização e letramento.

2 O SUPERVISOR ESCOLAR

Em primeiro lugar, mesmo que de forma breve, é importante situar o supervisor escolar historicamente. Assim, conforme Oliveira (2010), a ação deste profissional era, na Antiguidade, sinônimo de vigilância, exercida por nobres e sacerdotes. Depois, na Grécia Antiga consistia no acompanhamento do funcionamento escolar; em Roma, os censores, além de cuidarem do censo, fiscalizavam os espaços escolares. Ainda segundo esta mesma autora, na Idade Moderna surge o inspetor de ensino que tinha por função avaliar as tarefas pedagógicas do professor, e com a Revolução Francesa, surge o inspetor de ensino, cuja função era vigiar a ação do professor, buscando o melhor desempenho do mesmo. Então,

pode-se perceber que a ideia de controle sempre esteve presente nas ações de supervisão. Etimologicamente, a palavra *supervisão* é composta pelo prefixo *super* (“sobre”) e pelo substantivo *visão* (“ação de ver”); assim, o significado da palavra é “olhar de cima”, no sentido de controlar a ação do outro. (OLIVEIRA, 2010, p. 6)

Assim, a atuação do supervisor escolar, por muito tempo, não ia muito além de seguir o que o que era decidido por pessoas alheias ao contexto da escola, perdendo-se na burocracia dos papéis a preencher e na fiscalização. Não que se tenha abandonado a burocracia, no entanto, o supervisor escolar, nos dias de hoje, é visto como um agente de mudança dentro da instituição escolar, ou pelo menos se espera isto, depois de inúmeras mudanças nas legislações que tratam da educação brasileira, garantindo (ou pretendendo garantir) a construção do Projeto Político-Pedagógico de cada instituição escolar, pois “atualmente, ele deve ser um membro atuante da equipe escolar, um parceiro dos professores, contribuindo para a excelência do trabalho pedagógico desenvolvido na escola” (OLIVEIRA, 2010, p. 31). É interessante observar o que Alarcão, (2011, p.70) nos diz sobre função do supervisor:

Refiro-me à supervisão curricular e à supervisão como vertente formativa da inspeção e como consequência natural da avaliação do desempenho que não entendo sem que, concomitantemente, se criem condições de aprendizagem e desenvolvimento profissionais, objetivo principal da supervisão.

Kramer, (2010,p.68), também fala de um redimensionamento da prática do pedagogo supervisor, voltadas à alfabetização e ao fazer do professor, quando afirma que:

Esse aspecto coloca a importância de se (re)discutir e (re)definir a função do pedagogo como sistematizador das diversas áreas do conhecimento, hoje voltadas para a alfabetização em termos de investigação científica, como articulador desses conhecimentos com os problemas concretos vividos pelos professores no seu cotidiano, ou seja, como mediador – junto com os professores- dos pressupostos teóricos e das diretrizes práticas. É bem verdade que essa função é também de difícil desempenho (...), mas parece ser uma das estratégias necessárias para superar a fragmentação e o esvaziamento do trabalho escolar.

Roza (2004, p.236), também nos diz que

No atual contexto, o supervisor é o profissional que irá partilhar com o grupo de professores suas angústias, seus desafios, assumindo um papel de provocador; de questionador da ação docente, desinstalando certezas na busca de novas construções.

Então, para além da formação inicial e da formação continuada oferecida pelos sistemas de ensino (público ou privado), há a necessidade de outra formação em serviço, aquela que tem a ver com as necessidades expressas pelos professores de cada escola e é neste espaço que a atuação do supervisor escolar é primordial. Assim, entre outras atribuições,

a supervisão é uma atividade cuja finalidade visa o desenvolvimento profissional dos professores, na sua dimensão de conhecimento e de ação, desde uma situação pré-profissional até uma situação de acompanhamento no exercício da profissão e na inserção na vida na escola. (ALARCÃO, 2011, p. 71)

Isso não quer dizer que toda a responsabilidade é do supervisor; se faz necessário que toda a equipe gestora (diretor, supervisor escolar e orientador educacional), juntamente com a comunidade, tenham claro que projeto de escola desejam construir e que, na ação dialógica cotidiana, cada um assuma as suas atribuições de sua função. Mas o acompanhamento do trabalho docente, a busca por materiais e alternativas no intuito de debater e refletir com o grupo de professores é de responsabilidade do supervisor escolar, como

incentivador e organizador dos espaços de formação escolar. Nesta perspectiva,

Para atingir seus objetivos e cumprir bem sua missão, a escola deve contar com uma equipe de educadores comprometidos com ela e com a sua filosofia. Todos são importantes, todos têm sua parcela de responsabilidade. É nesse contexto, que deve ser de parceria, de integração e de sonho coletivo, que atua a supervisão escolar. (BARBOSA, 2004, p. 207)

O espaço de formação continuada na escola não se constitui em uma via de mão única: ao mesmo tempo em que o supervisor escolar mobiliza o grupo de professores para estudarem e refletirem sobre a prática e a teoria, também ele está em formação, aprendendo novos conceitos e novas abordagens com aqueles professores que estão em cursos de graduação, pós-graduação, cursos de extensão e também com as experiências exitosas de sala de aula, assim como coloca Barbosa, (2004, p.216):

Aqui também o supervisor pode, com humildade, aproveitar para se atualizar e se qualificar, pois, muitas vezes, os professores estão frequentando a universidade, estudando novas teorias, discutindo ideias, ressignificando conceitos. Por que não aproveitar essa circunstância para investir no crescimento profissional de todos? Além disso, os professores, quando veem valorizados os seus conhecimentos e experiências, tendem a trabalhar com mais entusiasmo e a buscar sempre mais oportunidades de crescimento.

Os conhecimentos dos conceitos de alfabetização e letramento pelo supervisor escolar constituem-se em uma ferramenta extremamente importante não somente para orientar o planejamento dos professores que atuam nos anos iniciais, mas para que a escola tenha um projeto que busque garantir que os alunos cheguem ao final dos anos iniciais lendo e escrevendo de verdade, e não como semianalfabetos. Porém, é necessário atentar que

Isto significa que não basta “levar” aos professores o conhecimento psicolinguístico (em termos das etapas de aquisição da língua escrita) ou sociolinguístico (em termos das relações entre linguagem e sociedade). É preciso, sobretudo, considerar os professores como produtores de conhecimento que são, como leitores reais, e, em função desse pressuposto, ajuda-los a (re)apropriar-se do conhecimento capaz de transformar criticamente sua prática cotidiana. (KRAMER, 2010, p.88)

Portanto, o supervisor escolar não é o único ator de mudanças dentro do cenário do cotidiano docente; é o impulsionador de novos atores de mudanças, os professores. A tarefa não é apenas trazer material para o estudo, mas instigar a falta e o desejo de preencher esta falta. Este deve ser um dos papéis principais do supervisor escolar na atualidade, onde se busca tanto a qualidade no ensino: qualificar o trabalho dos professores que estão na base para garantir uma construção mais sólida e crítica do conhecimento nos anos seguintes.

3 A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

3.1 A supervisão escolar e as práticas de alfabetização e letramento na visão das educadoras da Rede Municipal de Ensino de Esteio – RS

Visando buscar uma aproximação do discurso teórico com a prática, foi entregue a algumas profissionais da educação que trabalham nas escolas do município de Esteio um questionário (que se encontra em anexo) com quatro perguntas referentes ao conhecimento sobre alfabetização e a importância da atuação do supervisor escolar. De um total de 26 questionários, apenas seis foram devolvidos. Para sinalizar as falas das profissionais que responderam ao questionário, optei por utilizar a letra “E”, como referência à Educadora, pois ocupam funções variadas nas escolas em que atuam. Com exceção da Educadora 3, todas atuam em escolas de porte médio (300/600 estudantes) que funcionam nos turnos manhã e tarde. Três estão atualmente lecionando em turmas do Ciclo de Alfabetização; as outras já lecionaram para classes de alfabetização.

A Educadora 1, está no cargo de vice-diretora há seis meses, possui formação como Pedagoga, tendo mais de vinte anos de atuação como professora de anos iniciais no município. A Educadora 2, está cursando Pedagogia, já atua como professora de séries iniciais há dezoito anos. A Educadora 3, possui formação em Pedagogia e é especialista em Psicopedagogia, tem quinze anos de experiência no magistério, sendo seis no município e está há dois anos na Assessoria Pedagógica dos Anos Iniciais da Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SMEE) de Esteio. Já a Educadora 4, tem menos de um ano de município, é graduanda de Pedagogia e atua nos anos iniciais. A Educadora 5 também possui menos de um ano de município, atua nos anos iniciais e está cursando Pedagogia. Finalmente, a Educadora 6, já tem vinte e cinco anos de município, sendo os últimos cinco atuando como supervisora escolar, tem formação em Psicologia e é Especialista em Supervisão Escolar.

A primeira pergunta do questionário referia-se ao significado dos termos letramento e alfabetização. De forma restrita, o termo alfabetização, é a codificação/decodificação do sistema de alfabético, como exposto no capítulo 1 pelos autores e também defendido pelas professoras que participaram da pesquisa, para as quais a definição para alfabetização é:

aprendizagem do sistema de escrita alfabético ortográfico;(E3)
 processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita; (E6)
 é a capacidade de ler e escrever;(E5)
 o processo educativo que envolve o ensino da leitura e da escrita”, (E2)
 é a apropriação do código da leitura e da escrita; (E1)
 alfabetização é o domínio, a interpretação de signos para chegar à leitura de palavras.(E4)²

Já letramento, como qualidade de quem utiliza a leitura e a escrita com desenvoltura e com vistas a algum objetivo, é colocado pelas educadoras da seguinte forma:

O letramento é mais amplo, inicia antes da alfabetização e continua durante e depois dela; tem a haver com o significado que a leitura e a escrita tem para cada indivíduo ou grupo social (...) (E1)
 Letramento é todo o envolvimento em práticas sociais de leitura e de escrita, (...), compreendendo o significado, mesmo sem saber ler. (E2)
 Letramento: apropriação da escrita e da leitura a partir das práticas sociais. (E3)
 (...) já o letramento é bem mais amplo, é o conhecimento e reconhecimento da palavra escrita, é o contato com o mundo letrado. (E4)
 (...) letrado é aquele que sabe ler e escrever, e que responde às demandas sociais da leitura e da escrita. (E5)
 É um processo de inserção e participação na cultura escrita através de diferentes formas e usos e dura a vida toda. (E6).

O que se observa a partir dessas falas, é que letramento não ocorre mecanicamente e muito menos isolado do processo de aquisição da leitura e escrita. Ele é um processo social, interativo e concomitante à alfabetização dos sujeitos e que se aperfeiçoa com o tempo. Este é um fato que o supervisor escolar, ao planejar um trabalho junto com os professores que atuam nas turmas de Educação Infantil e Ciclo de Alfabetização tem que ter muito claro

² Apesar de estarem exercendo funções diferentes na Rede Municipal de Ensino de Esteio, todas as profissionais que responderam ao questionário são educadoras; assim, optei por sinalizar as falas das mesmas pela letra “E”.

em mente, para evitar que esta construção seja compartimentada em “períodos escolares.”³

Assim,

A alfabetização esta cada vez mais designada em não apenas ensinar e aprender as habilidades de codificação e decodificação, mas requer domínio dos conhecimentos que permitem o uso das habilidades nas práticas sociais de leitura e escrita surgindo assim o letramento. (BARBOSA,2012, p.1)

Quanto ao conhecimento acerca dos estudos da Psicogênese da Língua Escrita (FERREIRO & TEBEROSKY, 2005), todas as educadoras que participaram desta pesquisa afirmam conhecer e utilizar em sua prática cotidiana, destacando a importância do mesmo para o trabalho do supervisor escolar:

(...)dá subsídios no sentido de conhecer a caminhada de cada aluno rumo a alfabetização. (E1)

A partir deste conhecimento, propor, sugerir, acompanhar propostas que contemplem o aprendizado de cada um. Muito importante ainda é valorizar as práticas trazidas pelo professor e realizar um trabalho de parceria. (E2)

(...)a escola deve favorecer a passagem de um nível para outro, através de um ensino comprometido, consciente e ativo. (E3)

(...) auxiliar o professor na construção e elaboração de estratégias para que cada criança possa evoluir e atingir outros níveis de alfabetização. (E4)

O supervisor pode ajudar os professores na escolha de atividades para os diversos níveis da alfabetização. (E5)

O supervisor tem o desafio atual de mediar e propor aos professores a reflexão e a retomada de seu papel, enquanto pesquisadores e aprendizes constantes, que oportunizam às crianças a compreensão da função social da leitura e da escrita com contexto, sentido e significado. (E6)

Ao papel do supervisor escolar, é atribuída uma função de parceria com o professor: ao passo que também conhece como a criança constrói seu processo de escrita e leitura, favorece o trabalho do professor auxiliando-o no seu fazer diário, como outro olhar, contribuindo para um processo educativo participativo e não arbitrário. Portanto,

³ Refiro-me aqui à separação de alguns conteúdos, conhecimentos e habilidades por bimestre/trimestre, como se não pudessem ser trabalhados concomitantemente e como se todos os alunos aprendessem juntos e da mesma forma.

O papel mediador do supervisor escolar, a sua responsabilidade e seu compromisso incorporado quanto a sua formação técnica e ao aspecto metodológico, tem um real significado como agente principal e facilitador do desenvolvimento e de ações que conduzem à sistematização dos conhecimentos. (BARBOSA, 2012, p. 3)

A terceira pergunta do questionário, referia-se à avaliação diagnóstica, pois aliada a um trabalho que leve em consideração o processo de construção da escrita dentro dos níveis da psicogênese, é extremamente necessária, na medida em que fornece dados valiosos sobre o que os alunos conhecem sobre o código escrito, ajudando o professor a focar a ação pedagógica. Conforme Cafiero e Rocha (2009,p.77), avaliar a alfabetização,

Surge da necessidade de diagnosticar os níveis de aprendizagem do alfabetizando em momentos mais precoces da escolarização, de modo a poder encontrar caminhos alternativos para que a criança aprenda a ler e a escrever.

Esta afirmação vem bem ao encontro do que responderam as professoras, ao serem questionadas qual era o papel da avaliação diagnóstica; estas foram unânimes em colocar que ela é imprescindível para o planejamento de acordo com as necessidades dos alunos e a promoção de desafios para que avancem em cada nível, assim como para visualizar o processo de cada aluno, traçando um perfil da turma.

3.2 A supervisão escolar, uma mediação possível às práticas de alfabetização e letramento.

Dentro desta proposta, as professoras que participaram da pesquisa, ao responderem a questão quatro, sobre as intervenções que consideram pertinentes, na ação do supervisor escolar, atribuem ao papel do supervisor/coordenador pedagógico o papel de intervir, orientando o professor e elaborando junto com o mesmo, instrumentos para o acompanhamento individual do aluno, além de proporcionar espaços para leitura, estudos e trocas entre os educadores que atuam no Ciclo de Alfabetização e aqueles que, tanto trabalham com a pré-escola, como aqueles que darão continuidade neste processo (4º e 5º anos), relatando práticas e articulando experiências, trazendo como essencial a formação continuada para o espaço das reuniões

pedagógicas, sempre a partir de um diagnóstico das necessidades e anseios do grupo de professores. Esse posicionamento das professoras também é defendido por Kramer, ao afirmar que:

Nessa medida, para que se possa pensar e propor alternativas de formação dos professores em serviço, comprometidas com a função social e política da escola e, portanto, direcionadas à formação e ao exercício de cidadania, a teoria não pode ser vista como soberana sobre a experiência, da mesma forma que a experiência não substitui a análise crítica, sendo, na verdade, mediada por ela. (2010, p. 81)

As professoras, também trazem nas suas respostas, que é importante que o supervisor escolar possa “oportunizar aos professores tempo e espaço para a avaliação diagnóstica de cada aluno e promover planejamentos coletivos com os professores que atuam no Ciclo de Alfabetização.” Quanto a esse aspecto, Libâneo nos coloca que:

A organização desse espaço implica a criação de lugares e tempos que incentivem as trocas de experiências entre os professores e entre professores e alunos, de modo a se implantar uma cultura colaborativa. Nesse espaço, há de se destacar o papel da direção e coordenação pedagógica para apoiar e sustentar esses espaços de reflexão, investigação, negociação e tomadas de decisão colaborativas. (2008, p.234)

Então,

nessa perspectiva, na atualidade pode-se inferir que o papel do supervisor está atrelado à gestão da escola como um todo. Uma vez que ele busca junto com o professor minimizar as eventuais dificuldades do contexto escolar em relação ao ensino-aprendizagem. (GIANCATERINO, 2012, p.2)

Dentro das sugestões colocadas pelas educadoras, sobre a ação de intervenção do supervisor escolar, destaquei as seguintes:

Organizar formações que instrumentalizem os professores quanto aos desafios de cada nível, (...), discutir no coletivo os níveis de escrita dos alunos, para que todos (professores) possam aprender mais. (E1)

Promover diálogos sistemáticos sobre os trabalhos desenvolvidos; trazer textos pertinentes para leitura prévia e discussão em grupo; promover espaço para relato da prática docente. (E2)

Acompanhar e intervir no processo de aprendizagem, para reorientar o ensino e resgatar o sucesso dos alunos no processo de alfabetização; elaborar junto com o educador planilha de sondagem

(...) para acompanhamento das etapas da leitura, da escrita e lógico-matemático; promover oficinas pedagógicas para construção de jogos. (E3)

Apoiar o professor, fazendo as intervenções necessárias. (E4)

Tenha um olhar para todo o Ciclo de Alfabetização e um acompanhamento de forma sistemática a todos. (E5)

Promover a reflexão constante sobre a prática a partir de autores que contribuam para a evolução da prática docente; promover grupos de estudos sobre temas convergentes; ter foco na ideia de continuidade e sequência entre um ano e outro. (E6).

Assim, aliado ao discurso teórico e à expectativa que as professoras que participaram da pesquisa têm da atuação do supervisor escolar, há de se dizer que não é tarefa fácil e que não são todos que a assumirão de bom grado. No entanto, eis que este é um espaço que em se pode atuar como agente de mudança, buscando como aliados o grupo de professores e os colegas da equipe gestora. E apesar de difícil, há de se compreender, que mudar é uma das tarefas mais complexas para o ser humano, mas que os enfrentamentos, as discussões e os consensos também são aprendizados preciosos para a construção de um processo de gestão democrática de verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar, ao final destas reflexões, que alfabetização e letramento, são conceitos distintos, no entanto, complementares, especialmente para aqueles que se ocupam da tarefa de realizar, junto com os professores alfabetizadores, um projeto sério, que descortina para os pequenos estudantes um novo patamar, pois afinal, saber ler e escrever sozinho é um grande passo para a autonomia e independência do ser humano. Assim como colocam Maciel e Lúcio:

Acreditar que é possível alfabetizar letrando é um aspecto a ser refletido, pois não basta compreender a alfabetização apenas como a aquisição de uma tecnologia. O ato de ensinar a ler e a escrever, mais do que possibilitar o simples domínio de uma tecnologia, cria condições para a inserção do sujeito em práticas sociais de consumo e produção de conhecimento e em diferentes instâncias sociais e políticas. (2009, p.16)

Sobre a avaliação diagnóstica e os níveis de construção da escrita e da leitura, é um conhecimento que o supervisor tem a urgência de buscar, dada a complexidade de sua atuação e do impacto que a aprendizagem efetiva do ler e do escrever provoca nos anos posteriores ao Ciclo de Alfabetização. Este conhecimento tem a necessidade de estar sempre sendo revisto, discutido, pois a aprendizagem também se dá no grupo e com o grupo, estabelecendo uma parceria.

Assim, ao assinalar a relevância deste profissional, o supervisor escolar, na construção de uma proposta de alfabetização e letramento coerente com os desafios da atualidade, juntamente com o grupo de professores e a equipe gestora, não é uma tarefa que vai manter o foco apenas nele, mas vai contribuir para o crescimento de todos os envolvidos neste projeto, pois busca, acima de tudo, a qualidade do fazer pedagógico.

Ao fim deste trabalho, é oportuno dizer que os estudos nesta linha, entrelaçando os saberes na área de alfabetização e letramento com as práticas do supervisor escolar, ainda são muito recentes e escassos, há muito ainda que falar sobre este assunto. Entretanto, as conceituações trazidas nas falas

das professoras que participaram da pesquisa, respondendo ao questionário, já nos aponta um caminho muito fértil de produções e parcerias entre aqueles que diariamente lidam com as delícias e as dores do processo de alfabetização das crianças que ingressam no ensino fundamental e aqueles que procuram reger uma música que dê conta do fazer e do saber de um grupo tão diversificado como é um grupo de professores de uma escola.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, L.L. **A supervisão escolar faz diferença?** In: ZORZO, C.M.; SILVA, L.D. da; POLENZ, T. (org.) *Pedagogia em conexão*. Canoas: Ulbra, 2004.

BARBOSA, K. de M. **Supervisão escolar no contexto da alfabetização e letramento**. www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Supervisao.Escolar/109012.html acesso em: 24/jul./2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 7/2010**. Brasília: MEC, 14 de dezembro de 2010.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FERREIRO, E. ; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIANCATERINO, R. **Relevância e as atribuições do supervisor educacional de uma escola estadual do município de São Bernardo do Campo**. <meuartigo.brasilecola.com/educacao/relevancia-as-atribuicoes-supervisor-educacional-uma-.htm> acesso em: 13/fev./2013.

História do analfabetismo no Brasil. <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2010/12/historia-do-analfabetismo-no-brasil.html> <acesso em: 05/out./1012.>

HOFFMANN, J. **Avaliação: Mito e desafio**. Porto Alegre: Mediação: 2003.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF**. 2001 http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por <acesso em: 13/out./2012>

KRAMER, S. **Alfabetização, leitura e escrita: Formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2010.

MACIEL, F.I.P.; LÚCIO, I.S. **Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática**. In: CASTANHEIRA, M.L.; MACIEL, F.I.P.; MARTINS, R.M.F. (org.) *Alfabetização e letramento na sala de aula*. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática.** 5ª ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MORTATTI, M.R.L. **Os sentidos da alfabetização.** São Paulo: Unesp, 1999.

MORTATTI, M.R.L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil.** Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006. MORTATTI <http://www.secult.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-alfabetizar-letrar/lecto-escrita/artigos/historia%20dos%20metodos%20de%20alfabetizacao%20no%20brasil.pdf> <acesso em: 06/out/2012>

NÓVOA, A. (org.) **Os professores e a sua formação.** 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, E. da S. G. de; GRINSPUN, M.P.S.Z. **Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

ROSA, S.S. **Construtivismo e mudança** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ROZA, J.P. da. **Supervisor escolar: quem é esse agente?** In: ZORZO, C.M.; SILVA, L.D. da; POLENZ, T. (org.) *Pedagogia em conexão.* Canoas: Ulbra, 2004.

SILVA, M. V. da. **A história da alfabetização no Brasil.** <http://www.ucb.br/sites/100/165/TeseseDissertacoes/HistoriadaalfabetizacaoBrasil.pdf> <acesso em 10/out./2012.>

SOARES, M. **Letramento: Um tema em três gêneros.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

APÊNDICE - Questionário

Universidade Aberta do Brasil - UAB
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Centro de Educação - CE
Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional

**QUESTIONÁRIO: GESTÃO EDUCACIONAL E AS PRÁTICAS DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

Cargo: _____

Graduação: _____

Pós-Graduação: _____

Tempo de atuação no cargo: _____

Data: ____ / ____ 2012.

- 1- Alfabetização e Letramento significam a mesma coisa? Conceitue:
- 2- Tens conhecimento da Psicogênese da língua escrita (segundo Emília Ferreiro e Ana Teberosky - 1985)? Como os estudos desta teoria podem auxiliar o trabalho do coordenador pedagógico na mediação com os professores?
- 3- Qual o papel da avaliação diagnóstica no processo de alfabetização?
- 4- Que intervenções considera pertinente, por parte da equipe gestora, mais especificamente da supervisão/ coordenação na prática das professoras que atuam no Ciclo de Alfabetização (Res. Cne/Ceb nº 7/2010)?

Obrigada pela sua colaboração!



Universidade Aberta do Brasil - UAB
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Centro de Educação - CE
Curso de Especialização a Distância em Gestão Educacional

TERMO DE CONSENTIMENTO

Como estudante do Curso de Especialização em Gestão Educacional, na UAB/UFSM, estou desenvolvendo a pesquisa “A GESTÃO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO”. Tal pesquisa tem como objetivo a coleta e análises de dados que resultarão na monografia de conclusão de curso, sob a orientação da Prof. Ms Crystina Di Santo D’Andrea.

O trabalho consiste em analisar a importância da atuação da equipe gestora, mais especificamente o papel da supervisão escolar, nas práticas de alfabetização e letramento no interior da escola. A pesquisadora responsável é Deise Costa Martins, aluna do referido curso. A pesquisadora compromete-se em esclarecer adequadamente quaisquer dúvidas ou questionamentos que os colaboradores possam ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (51) 8463-5704 ou por email deisemorgana1976@hotmail.com.

Após ter sido devidamente informado e de ter esclarecido minhas dúvidas, eu _____ autorizo a realização do questionário sobre o assunto proposto. () Sim () Não.

Em caso positivo, concordo com a utilização das minhas escritas, sem identificação do meu nome, nos relatórios da pesquisa e publicações associadas.

() Sim () Não

Sapucaia do Sul, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do

entrevistado: _____

Assinatura do pesquisador

responsável: _____